



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 9

“MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 9- MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

9.1. Comunicação na América Latina

Os meios de comunicação de massa hoje situam-se num pólo emissor de um espectro ideológico. Salvo raras exceções, poucos são aqueles em cuja programação ou conteúdo pode-se encontrar espaço de equilíbrio de opiniões. Problemas como concentração de meios sob o guarda-chuva de uma mesma holding são comuns a todos os países da América do Sul. Nesse sentido, é importante abordar a discussão sobre mudanças necessárias no Brasil, mas que já existem exemplos na América Latina

RESUMOS APROVADOS

Representações sociais na mídia impressa: Jornal da Manhã e Jornal Diário dos Campos Gerais sobre a violência envolvendo adolescentes em Ponta Grossa- Paraná. **(autor(es/as): Gisele Ferreira Kravicz)**

NO DESCOMPASSO DA LEI: DISPUTA PELA HEGEMONIA E DIFUSÃO DA TELESUR NA ARGENTINA **(autor(es/as): Gláucia da Silva Mendes)**

O DIREITO INTERNACIONAL EM FACE DAS MOBILIZAÇÕES ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS – NOVOS DESAFIOS, NOVAS RESPOSTAS **(autor(es/as): Alessandra Prezepiorski Lemos)**

Projeto Transfronteira: possibilidades das mídias na educação **(autor(es/as): Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi)**

FOLKCOMUNICAÇÃO VISUAL NA INTERNET: AS IDENTIDADES CULTURAIS PARANAENSES EM PÁGINAS NO FACEBOOK **(autor(es/as): Wesley Dalcol Leite)**

Reflexões sobre uso de tecnologias no meio educacional **(autor(es/as): Claudionor Henrique Dias)**

AS ABORDAGENS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA **(autor(es/as): DIVINA ROSANGELA DE SOUZA COSTA DIAS; Joana Peixoto)**

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA **(autor(es/as): Eliege Maria Fante)**

Apropiación de Tecnologías para la Comunicación. Generando autonomía, dismantelando barreras. **(autor(es/as): HUGO ALBERTO ANGELELLI ESTIGARRIBIA)**

O PAPEL DA AFETIVIDADE NO ENSINO A DISTÂNCIA **(autor(es/as): JEZUINA KOHLS SCHWANZ)**



AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA

Eliege Maria Fante^a

Resumo: Este trabalho apresenta quais eram e como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa que circularam no jornalismo de referência do Rio Grande do Sul durante a construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura. A partir de uma Análise de Conteúdo das notícias dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, entre abril de 2007 e abril de 2008, constatou-se o predomínio do enfoque de sustentabilidade ecotecnocrático. Esta visão de mundo foi analisada sob o olhar do Jornalismo Ambiental e do aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais. Constatou-se que a circulação do Bioma Pampa ocorreu em 10% das notícias, ou em 25 das 246 do período. A circulação latente do Bioma Pampa predominou nas notícias, já que foi verificada em 90% do corpus. Concluiu-se que o jornalismo ancorou as representações sociais na propagação e na difusão do desenvolvimento econômico-financeiro do agronegócio globalizado da celulose. E, também, que a objetificação ocorreu através da publicação ora fragmentada ora generalizada do território.

Palavras-chaves: Jornalismo. Representações sociais. Bioma Pampa. Correio do Povo. Zero Hora.

1 Introdução

Este trabalho contempla parte das informações da dissertação de Mestrado defendida em maio de 2012, cujo mote foi a forma incompleta pela qual o jornalismo de referência¹ do Rio Grande do Sul abordou o período de construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura. A maior parte das notícias do jornal Correio do Povo e do jornal Zero Hora, entre abril de 2007 e abril de 2008, não mencionou que as áreas nas quais as empresas do agronegócio globalizado da celulose levariam “emprego e geração de riquezas” se situavam no Bioma Pampa. Entende-se que esta informação era crucial para a compreensão dos leitores de que a implantação da Silvicultura substituiria a fauna e a flora nativas. E, também, que a monocultura de árvores exóticas, e sua mecanização, ocupariam áreas já utilizadas historicamente para a pecuária e outras atividades. A partir desta motivação, construiu-se o seguinte objetivo geral: compreender como foram construídas as representações sociais sobre o Bioma Pampa nas notícias produzidas por este jornalismo, no período anunciado. Os objetivos específicos são: (1) constatar como foi caracterizado o Bioma Pampa através das notícias publicadas no período sobre o bioma e o Zoneamento Ambiental da Silvicultura; (2) identificar as fontes de informações utilizadas nas notícias e (3) definir as representações sociais sobre o Bioma Pampa.



Visando enriquecer este artigo, optou-se pelo acréscimo de informações concernentes a situação do Bioma Pampa na Argentina e no Uruguai. Este conteúdo vai se apresentar na parte três, sob o título “O Pampa na América Latina”. A implantação da Silvicultura, afinal, é uma das formas de reprimarizar a economia dos países latino-americanos, e de substituir a biodiversidade e as paisagens naturais. Com os dados indicados na parte três, calcula-se que reste apenas a terça parte dos campos do Bioma Pampa em cada um dos três países citados. E, o mais grave para a preservação, é que o bioma está todo fragmentado – o que dificulta e/ou impede a circulação das diversas formas de vida existentes. Mesmo nessas áreas protegidas, em muitas delas a preservação não é integral, havendo uso para a pecuária, por exemplo.

No Uruguai, além da situação descrita acima, existe aproximadamente um milhão de hectares plantados com eucaliptos e pinus - a meta das indústrias de celulose para o RS. Nesse país a monocultura ocupa o Pampa há quase 30 anos e a população vivencia mais os problemas causados. No Brasil, o discurso convence a sociedade, ainda mais com o aval do governo eleito e a parte da imprensa que diz atuar visando atender ao interesse público. Todavia, constatou-se que o jornalismo como forma de conhecimento multiplicou conceitos equivocados ao se referir à Silvicultura. Com isso, a atividade passaria a ser preservacionista, ao passo que, supostamente, diminuiria a pressão sobre florestas nativas; traria o reaproveitamento de terras degradadas pela agricultura; faria o sequestro de carbono. Não se estenderá aqui à análise deste aspecto, mas pode-se citar que o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais² contesta estes e outros argumentos semelhantes utilizados na promoção do agronegócio globalizado da celulose e do chamado desenvolvimento sustentável, ou mais contemporaneamente, economia verde.

A partir da relação da Silvicultura com “florestas de eucaliptos”, “plantio florestal” e “bosques”, apresentada nas notícias veiculadas, Paulo Brack esclarece:

Portanto, as monoculturas arbóreas não são florestas, pois negam os elementos mais básicos dos sistemas naturais. Neste sentido, deve ser evitado, também, outro erro conceitual, no caso do termo “florestamento”, quando da introdução de monoculturas arbóreas comerciais. As palavras ou definições mais apropriadas são monocultivos arbóreos ou mesmo silvicultura. Infelizmente, as terminologias errôneas ganharam terreno para suavizar a percepção negativa das monoculturas arbóreas. Isso se chama propaganda enganosa. [...]. [...], podemos considerar outro grande equívoco terminológico: o uso da denominação de “Setor Florestal” quando se faz referência para o setor empresarial ligado às monoculturas arbóreas comerciais e os produtos da madeira. Se estas não são florestas, e sim atividade de silvicultura, logo o âmbito do setor representa, na realidade, o Setor da Silvicultura, ou o Setor Madeireiro, ou Setor da Madeira e de seus derivados, como celulose, lenha e resinas, por exemplo³.



É necessário, ainda, explicar que é incorreto remeter-se à “floresta de eucaliptos” em se tratando de monocultivo de árvores exóticas. Pois, de acordo com o Caderno Biodiversidade do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais⁴ (WRM em inglês),

Uma floresta contém numerosas espécies de árvores e de arbustos de todas as idades, além de muitas outras espécies vegetais – no solo e sobre as próprias árvores e arbustos (trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.) - e uma enorme variedade de espécies de fauna, que nela encontram abrigo, alimentos e possibilidades de reprodução. Ao contrário, uma plantação compõe-se de uma ou poucas espécies de árvores de rápido crescimento (geralmente exóticas), plantadas em blocos homogêneos da mesma idade, onde a vegetação local não consegue se desenvolver e, a fauna não encontra nenhum alimento. As florestas estão habitadas por comunidades humanas que delas asseguram sua sobrevivência. As plantações não alojam comunidade alguma. Ao contrário: as expulsam, privando-as de seus meios de vida (CADERNO 28, 2009, p.2).

É este mesmo Movimento que vem tentando, junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), modificar a definição de florestas que propicia as políticas vigentes. Para a FAO⁵, floresta é uma:

[...] área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5 m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros in situ. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano.

Além da extrema simplificação de conceito – em comparação com aquela fornecida pelo movimento WRM - nas páginas seguintes do mesmo estudo⁶, é possível encontrar as características das florestas. Dentre as cinco categorias apresentadas está a definição de bosques plantados como uma “Floresta predominantemente composta de árvores estabelecidas pelo plantio e/ou sementeira deliberada” (Tradução da autora). Há também, a sua subcategoria, que consiste em “Florestas plantadas de espécies introduzidas”, que são “florestas plantadas em que as árvores plantadas/semeadas com espécies introduzidas são predominantes” (Tradução da autora).

De acordo com a carta entregue à FAO pelo Movimento no dia 21 de setembro⁷, o Dia Mundial contra os Monocultivos de Árvores foi a sua definição que permitiu a substituição “de florestas primárias por plantações monoclonais de árvores de espécies exóticas geneticamente modificadas, sem que isso seja (fosse) considerado desmatamento”. Diz ainda:

o problema piora uma vez que outras organizações e iniciativas da ONU, como a Convenção Quadro sobre a Mudança Climática bem como numerosos governos nacionais aplicam esta definição em suas negociações, programas e políticas. Ainda mais, muitas análises e ações são implementadas a partir desta definição.



As centenas de cientistas que assinaram o documento reivindicando a mudança da definição atualmente usada pela FAO justificam que esta não contempla “a complexidade estrutural dos ecossistemas florestais, diversos, multiestratificados e complexos funcionalmente”. E também,

não reflete sua capacidade de providenciar serviços ecossistêmicos fundamentais para a humanidade, como a preservação da biodiversidade ou o armazenamento de carbono, nem contempla o papel fundamental que têm na vida das populações locais. Agrupar sob a mesma definição as plantações de árvores e as florestas naturais diversas leva a tomar decisões errôneas. A atual definição de floresta tem consequências negativas em escala local e global, uma vez que legitima a expansão das monoculturas industriais de árvores, cujos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais têm sido amplamente documentados e denunciados.

A partir do conhecimento da determinação da FAO em enxergar os monocultivos de árvores como biodiversos assim como uma floresta, fica mais fácil compreender o porquê do bom andamento das políticas “florestais” no mundo – que contam com o financiamento, dentre outros, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Global Environmental Facility (GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente). Para o caso do Bioma Pampa, cujas florestas possuem características muito distintas daquelas dos outros biomas, acaba tendo a sua biodiversidade ignorada e negligenciada pelas políticas públicas.

2 Fundamentação teórica

Ao passo que o agronegócio se lança a esse movimento de destruição de ecossistemas complexos, como é o Pampa, há um movimento oposto que consiste na transição de uma economia do crescimento infinito para uma economia justa, com vistas a diminuir a degradação dos bens naturais para o benefício de todos os seres. Acredita-se que nesse momento o jornalismo tenha um papel importante. Enquanto formas de crença, ideologias, conhecimento (MOSCOVICI, 2003, p.198), as representações sociais interferem nos desígnios da sociedade. São essas representações que também conformam o sistema de ideias do qual compartilham os jornalistas. Sendo assim, em acordo com Traquina (1993, p.168), vê-se que os jornalistas são “participantes activos no processo de construção da realidade” (grafia original). E que, “[...] enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”, o que torna imprescindível a compreensão acerca das representações sociais divulgadas pelo jornalismo de referência do Rio Grande do Sul. Além de o jornalismo ser um agente



construtor da realidade, a urgência deste tipo de análise sobre as notícias se revela à medida que a pesquisa científica e a investigação jornalística avançam sobre as consequências das monoculturas implantadas pelo agronegócio, evidenciadas nos países vizinhos, Uruguai e Argentina – também pampianos. Bacchetta (2008) cita estudo que revela a redução do fluxo superficial de água em 52% nesses países devido ao plantio de árvores exóticas. Ressalta, ainda, que foram observados processos de salinização e acidificação do solo, indicando perda de fertilidade.

As análises das notícias selecionadas para o corpus se sucederam sob o ângulo do Jornalismo Ambiental, uma prática que conta com os preceitos do paradigma da complexidade de Edgar Morin (2008). A ideia é superar o paradigma da fragmentação, constituir um conhecimento multidimensional, plural, contextualizado, através do qual se busque mais a explicação do que a descrição e, também, que se admita a diversidade do real e a existência do diferente.

O jornalismo é uma atividade cujo pressuposto essencial é a ética e o atendimento ao interesse público. O jornalismo, ao ser ambiental, visa repensar a prática vigente, provocar reflexões e o diálogo entre os múltiplos agentes sociais. Segundo Bacchetta (2000, p. 18), o Jornalismo Ambiental é aquele que vai difundir temas complexos e analisar as implicações, como as políticas, sociais, culturais e éticas. “É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre seu modo de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária” (tradução da autora).

O Jornalismo Ambiental é também aquele que vai incluir as fontes não oficiais nas notícias, buscar o pluralismo na origem das fontes e não somente uma maior quantidade de testemunhos. Esta prática busca ouvir as populações, os excluídos, aqueles mais atingidos direta ou indiretamente pelos variados impactos decorrentes de todas as áreas sociais. Como Benetti (2010, p.120), é preciso estar-se atento, pois “uma aparente polifonia” nas notícias, revela que “[...] muitas vezes escondem-se textos em essência monofônicos”. Ainda mais, se se estiver construindo uma notícia que contará com fontes provenientes de instituições legitimadas como fontes (RODRIGO, 2009) – devido a política editorial, comercial, etc – como governos e empresas. Acredita-se que o empoderamento do jornalista possa aprofundar a abordagem e, verdadeiramente, contribuir para a sustentabilidade da vida na Terra, um conceito que se considera “a condição do sistema que permite a sua reprodução, não a que só minimiza os processos de degradação”⁸.

3 O Pampa na América Latina

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, bioma “é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria”⁹. Este conjunto biodiverso irmana Brasil, Argentina e Uruguai, e corresponde a 750 mil Km² (FIGURA 1). No Rio Grande do Sul, a abrangência é de 176.496 mil Km² ou 63% do território¹⁰.



Fonte: Reprodução de Santino, 2006 (PICOLI; VILLANOVA, 2007)

Não obstante os campos deste bioma estejam contemplados como área de extrema importância biológica para conservação (como as regiões da Campanha Gaúcha, Serra do Sudeste e Planície Costeira e como muito alta importância biológica para conservação, os Campos do Planalto e os Campos de Baixada de Bagé [MMA 2002])¹¹, o Pampa é o bioma com menos áreas naturais protegidas no Brasil¹² - apenas 0,4% - e está representado em somente 3,3% das unidades de conservação (2,4% de uso sustentável e 0,9% de proteção integral), “com grande lacuna de representação das principais fisionomias de vegetação nativa e de espécies ameaçadas de extinção da fauna e da flora”¹³.

Em tempos de avaliação sobre os últimos 20 anos da Eco 92 - período de avanços em acordos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) - constata-se que a meta de proteção para 2020 de pelo menos 17% de áreas terrestres



representativas da heterogeneidade de cada bioma, está muito longe de ser alcançada. Na Argentina, país signatário desta Convenção, 1,02% dos campos estão sob alguma categoria de área protegida, de uma área total de 426.000 km², conforme a Fundação Vida Silvestre Argentina¹⁴. Com relação ao Uruguai, não foi possível encontrar registros percentuais, mas Martino¹⁵ afirma que a *sabana uruguaya* possui uma porcentagem muito pequena do território sob proteção e, nestas áreas, a proteção efetiva é quase nula. O autor constata que há poucas manchas de hábitat intacto devido à pecuária. Para ele, as principais ameaças são: o aumento das pastagens artificiais, a introdução de espécies exóticas, o aumento do uso de fertilizantes na agricultura e nas pastagens e a erosão do solo.

O progresso do agronegócio por meio da reprimarização¹⁶ da economia dos países latino-americanos, baseado na “produção e exportação de *commodities* agrícolas e não agrícolas (mineração)”, provoca, ao expandir as monoculturas, o desaparecimento da biodiversidade e das paisagens naturais. No Pampa, o percentual de vegetação nativa caiu de 41,32% em 2002 para 36,03% em 2008¹⁷. A perda de hábitat é atribuída à “progressiva introdução e expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas”.

Na Argentina, calcula-se que somente a terça parte dos campos são naturais ou semi-naturais, sendo que uma porcentagem significativa destes campos é usada para a pecuária. No Uruguai, as chamadas *praderas* predominavam, mas estão sendo substituídas pelas monoculturas de grãos e de eucaliptos e pinus para a exportação.

Para reverter essa realidade, Martino¹⁸ sugere a mudança no sistema de produção das propriedades vizinhas às áreas protegidas, além de aumentar o número destas. E ainda:

É necessário melhorar as políticas existentes na área produtiva. Um sistema de áreas protegidas [...] cercado por áreas com um grau de modificação importante e crescente, não será suficiente para cumprir os objetivos de conservação. Para isso é necessário haver uma visão regional e uma coordenação e colaboração entre as distintas divisões administrativas do Uruguai, Brasil e Argentina, que formam parte da biorregião.¹⁹ (Tradução da autora).

Uma visão regional necessita ser adotada pelos gestores e cidadãos que aprovam e apoiam as políticas públicas, tanto pelos ecossistemas comuns entre os países quanto por a Silvicultura estar se expandindo em quase todos os países da América Latina. Somente a Stora Enso Brasil, subsidiária brasileira da multinacional (uma das três principais indústrias da celulose) dirige o negócio no Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, América Central e toda a região do Caribe. No Brasil, a Stora Enso, a Aracruz e a Votorantim Celulose e Papel estão presentes em todos os biomas, principalmente, na



Mata Atlântica, Caatinga e Pampa. Mesmo que a crise econômica mundial sofrida em 2008 tenha modificado as estruturas das empresas da celulose, elas continuam atuando nos países. A Votorantim Celulose e Papel (VCP), atualmente, chama-se Fibria. A Aracruz chama-se ao menos no Rio Grande do Sul, Celulose Riograndense, cujo poder pertence ao grupo chileno CMPC (Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones).

Antes de avançar à quarta parte, torna-se necessário contextualizar o surgimento do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS). O Rio Grande do Sul é Estado pioneiro no Brasil na preocupação com a ecologia e o ambiente, como a que gerou a criação da Lei dos Agrotóxicos (Lei 7747/1982). Essa lei subsidiou a criação de outra, federal (1989), que evidenciou o mesmo sentimento no período. Em 2004, as empresas da celulose já haviam adquirido terras no Bioma Pampa, mas o jornalismo e outros agentes sociais se referiam a estas áreas como “Metade Sul”. Assim, a atuação dos movimentos socioambientais foi crucial para a inclusão da Silvicultura no sistema estadual de licenciamento.

Na sequência formou-se um grupo de trabalho constituído pelos técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema/RS), como os da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler, a Fepam, Fundação Zoobotânica, a FZB e o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, o Defap. Em 2005, foram anunciados os procedimentos para licenciar a Silvicultura: os portes, o potencial poluidor e os ramos diferenciados em função da capacidade invasora da espécie a ser plantada. Em coerência, portanto, com o Código Ambiental do Estado, Lei Estadual nº 11.520/2000, que previa os dois instrumentos de gestão ambiental - o zoneamento e o licenciamento.

Enquanto o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) estava em construção, a Fepam assinou com o Ministério Público Estadual um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta²⁰ (TCA), visando permitir os plantios arbóreos com as seguintes condições: concluir o ZAS até 31 de dezembro de 2006; submetê-lo às audiências públicas e à aprovação do Consema até 31 de março de 2007; emitir apenas autorizações enquanto o zoneamento estivesse sendo construído, de modo que plantios fossem realizados somente em áreas de reformas de plantio ou já de uso agrícola, sendo vedados os plantios na área de Faixa de Fronteira.

O Governo do Estado e o Ministério Público receberam a proposta dos técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema/RS) em dezembro de 2006. Trazia mapas complexos feitos a partir de estudos sobre as Unidades de paisagem e as bacias hidrográficas, evidenciando as vulnerabilidades de cada área e indicando três índices de restrição à Silvicultura: alta, média e baixa. Foram estes índices que impediram a



aceitação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) pelas empresas da celulose, o Governo do Estado e os aliados na implantação da Silvicultura. Para tentar “flexibilizar” - conforme diziam - o documento regrador da atividade, os representantes destes reuniram-se em um grupo de trabalho constituído pela Sema/RS.

A defesa da primeira versão do ZAS era exercida pelas fontes identificadas como aquelas que incluíram o bioma nas notícias no contexto de construção e aprovação do documento e que foram as menos ouvidas pelo jornalismo de referência sul-rio-grandense: os professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONG's, dentro ou fora do Consema; técnicos da Sema/RS, do Governo Federal (principalmente o Ibama/RS que tinha representação no Consema) e ONG's socioambientais dentro ou fora do Consema. Ao mesmo tempo em que esses agentes sociais abordavam a possível preservação do bioma a partir da cultura local²¹, das práticas vigentes pelos habitantes (como a pecuária), do reconhecimento da biodiversidade e seu potencial criador de atividades geradoras de emprego e renda, o Governo, as empresas da celulose e seus aliados, priorizavam o crescimento econômico como forma de desenvolvimento social.

A seguir (QUADRO 1), as frases ilustram os pontos de vista destacados pelo jornalismo de referência sul-rio-grandense.



Quadro 1 – Pontos de vista destacados pelo jornalismo do CP e do ZH

Defensores do ZAS	Críticos do ZAS
“Se é para as empresas pedirem e levarem as licenças automaticamente, não precisamos de um órgão de meio ambiente”, [...]. “Eles compraram as terras antes da conclusão do estudo. Se as áreas compradas não são as indicadas para o plantio de eucalipto, a culpa não cabe aos técnicos.” Presidente da Associação dos Trabalhadores da Fepam, Antenor Pacheco. (CP, 01 mai. 2007. Servidor defende Fepam). “Não somos contra a silvicultura. O que defendemos é que a questão seja tratada de forma menos passional e com mais argumentos técnicos sob o risco de prejudicar o Bioma Pampa,” [...]. Analista do Ibama, Marcelo Madeira. (CP, 26 jun. 2007. Estudo defende o Zoneamento). “Há perda de espécies, de paisagem e de ecossistemas.” Fundação Vida Silvestre – Argentina, Aníbal Parera. (CP, 11 nov. 2007. Reserva Legal pode virar crédito). “O Pampa é o único e exclusivo bioma do Rio Grande do Sul e apresenta um dos mais baixos graus de proteção entre os seis biomas terrestres do país, além de estar na zona Sul do Estado, área onde estão sendo dados licenciamentos da Fepam”. [...]. Superintendente regional do Ibama/RS, Fernando Costa Marques. (CP, 18 dez. 2007. Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa).	“Não queremos que a pressa marque o resultado deste trabalho. Preocupa, sobretudo, um instrumento de garantia do desenvolvimento sustentável da silvicultura no Rio Grande do Sul,” [...]. Presidente da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), Roque Justen. (CP, 03 abr. 2007. MPE pode prorrogar zoneamento). “O empreendedor está acostumado ao fato de que, quando uma negociação é fechada aqui em cima (<i>cúpula do governo</i>) seja coerente até embaixo (<i>órgãos públicos ambientais</i>). Recebi ontem (<i>terça-feira</i>) a informação de que a questão estava resolvida. Hoje (<i>ontem</i>) de manhã a prática não é nada do que havia sido informado. Isso tem se repetido. Acho que a Aracruz tem o direito de saber quais são as regras do Estado.” Diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes. (ZH, 26 abr. 2007. Aracruz ameaça desistir de nova fábrica no RS). “A sociedade quer pagar um custo ambiental para se desenvolver”. Diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini. (ZH, 09 jun. 200. Audiência pública discute zoneamento). “Fomos convidados para desenvolver a Metade Sul. É uma surpresa a juíza questionar um estado de direito. Teremos atraso no cronograma,” [...]. Diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes. (CP, 13 nov. 2007. Ibama deve assumir licenciamento).

FONTE: Elaborado pela autora (FANTE, 2012).

A coluna da direita apresenta-se com mais manifestações de fontes porque a elas, especialmente, foi concedido o maior espaço nas notícias. O jornalismo do Correio do Povo e do Zero Hora aderiu ao jargão das fontes em defesa da Silvicultura e, portanto, críticas ao ZAS. Outra evidência é a remissão do jornalismo ao licenciamento ambiental como: liberação, concessão, fornecimento, emissão, dentre outras.

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCA) firmado entre a Sema/RS (através da Fepam) e o Ministério Público/RS não teve cumprido o prazo e por isso teve que ser renovado – enquanto a construção do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) prosseguia no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Assim, o Governo do Estado assinou um novo TCA com o Ministério Público (três de maio de 2007). Porém, ao reafirmar que o ZAS, ainda em construção, já seria utilizado no licenciamento ambiental, incluído o da Silvicultura, o TCA não foi aceito pelas empresas da celulose e seus aliados bem como por setores do Governo e demais políticos que



apoiavam o agronegócio. Em resposta, a Fepam publicou uma Portaria em 28 de maio de 2007, determinando que o ZAS não fosse empregado no licenciamento ambiental.

Somente em novembro, as ONG's socioambientais com representação no Consema e o Ministério Público Estadual – através de ações na Justiça – conseguiram suspender a derrama das licenças ambientais à Silvicultura. Porém, antes do fim do mês, o Governo Estadual conseguiu reaver a responsabilidade pelo licenciamento ambiental, que tinha ficado ao cargo do Ibama, menos pressionado para “liberar” as licenças.

Atendendo o firmado no TCA, a Fepam apresentou o ZAS em quatro audiências públicas nos municípios onde a Silvicultura estava sendo implantada. As empresas da celulose, por sua vez, também cumpriram a exigência e apresentaram os seus projetos de Silvicultura em outros municípios de interesse. O conteúdo dos debates nessas audiências resultou em um relatório, o qual substanciou a proposta de Zoneamento. Este ZAS ampliado foi entregue ao Consema e, após superarem dificuldades para a análise da nova proposta, registrou-se o trabalho consensual até março de 2008. O único item que foi decidido pelo voto foi aquele dos critérios de uso e ocupação do solo pela Silvicultura. Porém, em uma reunião do Consema (18 de março de 2008), foram retirados os índices de vulnerabilidade e de restrição para as unidades de paisagem, bem como os limites quanto ao tamanho máximo dos maciços de plantios arbóreos homogêneos e de seus espaçamentos.

Até a noite da votação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura no Consema, 09 de abril, seguiram-se medidas judiciais vindas por parte do Governo Estadual com vistas a anular as liminares obtidas pelos defensores do ZAS original que pediam mais tempo para analisar as alterações efetuadas no documento. Mas o secretário de Meio Ambiente, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, que também presidia o Consema e era procurador de Justiça, obteve judicialmente a derradeira autorização para votar o ZAS sem as principais restrições aos plantios e expondo a biodiversidade do Pampa. O principal argumento do desembargador Armínio José Abreu Lima da Rosa, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), foi o de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas e prejuízos imediatos que seriam experimentados pelo Estado a partir do corte de investimentos pelas empresas em função da “demasiada demora na definição da matéria ambiental”, do que dependia o licenciamento ambiental.

Mais uma vez, quatro meses depois, a mobilização das fontes menos ouvidas pelo jornalismo de referência gaúcho - os professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONG's, dentro ou fora do Consema; técnicos da Sema/RS, do Governo Federal (principalmente o Ibama/RS que tinha representação no Consema) e ONG's



socioambientais dentro ou fora do Consema - fizeram a diferença e, em agosto de 2008, a Justiça determinou o retorno do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) para a criação de um consenso quanto às restrições à Silvicultura e à preservação do Pampa. As licenças ambientais concedidas sem levar em conta os limites para o uso e a ocupação do solo pela Silvicultura foram mantidas.

Em pouco mais de um ano, no dia 20 de novembro de 2009, os conselheiros do Consema votaram uma proposta de ZAS consensual, chamada Resolução Consema 227/2009. Atualmente, esta se encontra em avaliação no Consema para ajustes e adequações.

4 Metodologia e discussão

O corpus da pesquisa foi composto pelas notícias que abordaram o Bioma Pampa e por aquelas que se encontravam no contexto da construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Referente ao Zero Hora encontrou-se 85 notícias e, ao Correio do Povo, encontrou-se 161 notícias. A busca manual dos periódicos foi realizada no acervo de pesquisa da imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e no arquivo dos próprios jornais, ambos sediados em Porto Alegre. Com o aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais, empregou-se a técnica da Análise de Conteúdo (MORAES, 1999) e seguiu-se à imersão nos dois processos formadores das representações: a ancoragem e a objetificação (MOSCOVICI, 2003). O primeiro processo caracteriza-se pela transformação daquilo que se ignora ou se exclui do ângulo de visão em algo conhecido daquele que ancora, ou seja, o sujeito das representações sociais. O segundo processo consiste na forma material que os sujeitos vão utilizar para apresentar o objeto da representação social.

Em 90% do corpus, constatou-se que a circulação do Bioma Pampa foi de forma latente e sob o enfoque ecotecnocrático de sustentabilidade de Caporal e Costabeber (2000b). Este enfoque consiste numa visão de mundo que prima pelo desenvolvimento econômico e crê na capacidade da ciência, pesquisa e tecnologia de resolver os impactos decorrentes. As fontes oficiais como Governo Estadual, empresas da celulose e aliados, dominaram o espaço que seria destinado ao pluralismo.

Dentro do percentual que incluiu o Bioma Pampa no corpus, 10,2% das notícias, ou o mesmo que 25 das 246 selecionadas, também predominou o enfoque ecotecnocrático. Contudo, no Correio do Povo, observou-se uma visibilidade maior a fontes que incluíam o



bioma. Assim, identificou-se um enfoque ecossocial (CAPORAL; COSTABEBER, 2000b), mais destacado neste veículo do que no Zero Hora.

O conteúdo das notícias sobre o bioma no Correio do Povo teve na maior parte das notícias o enfoque ecossocial. Abordaram-se as alternativas econômicas locais ao Pampa e incluíram-se as manifestações de fontes sobre a cultura e a identidade do território. O tema da Silvicultura predominou nas notícias e, nestas, evidenciou-se a ameaça sobre a biodiversidade. Nas notícias sobre outros temas, encontrou-se aquela sobre o Memorial Oswaldo Aranha, aquela sobre uma promoção natalina de comércio e três notícias anunciando eventos sobre a temática do Bioma Pampa.

É do Correio do Povo a única notícia, em todo o corpus, que pode ter contribuído para a compreensão do leitor de que a substituição do Bioma Pampa já ocorria e mais intensamente através da implantação do agronegócio globalizado da celulose. “Pampa muda suas características originais”, de 23 de setembro de 2007, foi assinada por Carina Fernandes.

Por outro lado, uma notícia do Correio do Povo revelou desconhecimento sobre o Pampa e/ou o contexto do período. Em “Brigada investe contra as invasoras”, 05 de março de 2008, p. 20, lê-se: “As lideranças do movimento alegam que a aquisição das terras por parte da Stora Enso não seria legítima, pois, além de agredir o que chamam de ‘bioma pampa’, o empreendimento situa-se dentro da faixa de fronteira, o que seria proibido por lei federal”.

A circulação do Bioma Pampa através das fontes nas 15 notícias do Correio do Povo ocorreu através de 31 fontes, sendo a maioria delas ligadas a outros temas que não a Silvicultura. Em segundo lugar, encontraram-se fontes de ONG's socioambientais dentro/fora do Consema e, em terceiro, fontes não especificadas. Deve-se destacar que o Governo Estadual e os Aliados das empresas da celulose dentro/fora do Consema, ocuparam os últimos lugares neste rol. Em uma só notícia o Governo do Estado menciona o Bioma Pampa. Em “Data oficial vai marcar e lembrar o Bioma Pampa” (CP, 18 dez. 2007, p. 16), a diretora-presidente da Fepam, Ana Pellini, nomeada pela Governadora Yeda Crusius, para agilizar a liberação do licenciamento ambiental da Silvicultura – como fora referido pelo jornalismo – tinha posição diversa dos técnicos da Sema/RS (Fepam, FZB e Defap, autores do ZAS). Conforme o noticiado, ela disse: “A Fepam condicionará a licença a que as empresas criem e mantenham áreas do Bioma Pampa”.

Das 15 notícias do Correio do Povo, onze trataram da alteração dos ecossistemas do Pampa. E, em sete destas notícias, foram as fontes que trouxeram a informação. Nas outras quatro notícias, a informação apareceu com a divulgação dos eventos: “Bioma



Pampa será tema de Simpósio” (16 set. 2007); “Criadores de gado avaliam biodiversidade do Pampa” (08 nov. 2007); “Ambientalista faria 81º. aniversário hoje” (17 dez. 2007); “Fepam concede LP à Aracruz” (13 mar. 2008).

O conteúdo das dez notícias sobre o bioma no Zero Hora primou pelo viés econômico. Por exemplo, a notícia “O Pampa do Silício” traçou um paralelo com o famoso vale californiano a partir da conclusão de uma fábrica de chips que deveria criar design de semicondutores. Outra abordagem foi sobre as modificações do solo do bioma, em “Pampa de areia”. Neste caso, a notícia mostrou que é possível deixar como está e que o gaúcho convive normalmente com os areais. Notou-se a falta do esclarecimento de que a arenização é consequência do mau uso do solo, como pelo agronegócio através da Silvicultura.

Na notícia “A Metade Sul depois da Floresta” (30 mar. 2008, p. 26), evidencia-se desconhecimento da biodiversidade do Pampa: “O quanto os investimentos das gigantes da celulose Aracruz, Stora Enso e Votorantim seriam capazes de transformar o revestimento ondulante e ralo do pampa gaúcho?”. Essa notícia é emblemática por duas razões: primeiro, porque nela, o ZH reconhece, pela primeira vez, a alteração da paisagem do Pampa pela implantação da Silvicultura – ainda que como se fosse motivo de celebração; segundo, porque descortina “Uma nova paisagem no Pampa”, conforme o título na capa da edição. A ilustração mostra dois homens pilchados cavalcando entre os eucaliptais.

No que se refere à circulação do Bioma Pampa em Zero Hora, constatou-se que as fontes não oficiais prevaleceram nas notícias. Ao todo, foram 34 fontes, tendo ficado em primeiro lugar os habitantes; em segundo, fontes ligadas aos temas tecnologias-informática-internet/tradição/vinicultura e, em terceiro, governos municipais. Verificou-se mais em ZH a limitada exposição de fontes críticas à implantação da Silvicultura (espaço em duas notícias e, no CP, espaço em onze notícias).

Assim, as fontes, que incluíram o BP nas notícias no contexto de construção e aprovação do ZAS, foram os professores/pesquisadores, vinculados ou não à ONGs, dentro/fora do Consema, técnicos da Sema/RS, do Governo Federal (principalmente o Ibama/RS que tinha representação no Consema) e ONG’s socioambientais dentro/fora do Consema. Já o Governo Estadual e os Aliados das empresas da celulose dentro/fora do Consema, apareceram em apenas três notícias deste rol.

As leituras dos jornais levaram a constatação de que a ameaça de substituição do Bioma Pampa como consequência da implantação da Silvicultura foi subtraída da maior parte absoluta das notícias do período, abril de 2007 a abril de 2008. Ambos os diários



impressos reduziram a sua cobertura aos aspectos da geração de empregos e renda para a chamada metade sul do Rio Grande do Sul. Informações que poderiam ter sido incluídas nas notícias – e que foram mencionadas pelas fontes que inseriam o bioma em suas falas – davam conta de que a monocultura necessita de grandes extensões de terra para produzir e ser rentável como *commoditie*, sufocando a pequena propriedade e empurrando as famílias para as cidades em busca de outro modo de vida.

A circulação latente do Bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense evidenciou-se a partir da objetificação (materialização da ideia) ora generalizada ora fragmentada do território. A forma mais empregada para situar a implantação da Silvicultura, pelo Correio do Povo, foi generalizada: “No Estado/ no Rio Grande do Sul”. Em segundo lugar, o Correio situou a implantação da Silvicultura, através das licenças ou dos investimentos das empresas, nos Municípios. Em terceiro lugar, não houve indicação do território nas notícias. Podem-se citar outras formas empregadas: Metade Sul; região Sul; Zona Sul; Fronteira oeste - Livramento e Rosário do Sul; Vale do Rio Pardo; No litoral e na Metade Sul; Centro-Serra/projeto na Metade Sul; Região da Campanha e da Fronteira Oeste; Região carbonífera - Butiá, Barra do Ribeiro, São Gabriel, Mostardas, Livramento e Rio Pardo.

O jornalismo do Zero Hora também se serviu da generalização do território para abordar a implantação da Silvicultura: “No Estado e/ou no Rio Grande do Sul”. Igualmente, em segundo lugar, citou os municípios especificamente nessa abordagem. Além de outras semelhanças na objetificação do Bioma Pampa, citam-se algumas diferenças: Faixa de Fronteira; Região Metropolitana e zona sul do Estado; Regiões empobrecidas - Metade Sul e Fronteira Oeste; bacias hidrográficas do Baixo Jacuí, dos rios Vacacaí e Vacacaí Mirim, do rio Santa Maria e do rio Camaquã.

Em relação às fontes ouvidas pelo jornalismo, constatou-se na circulação latente do Bioma Pampa pelo Correio do Povo, 192 em um contexto favorável à implantação da Silvicultura. Contudo, em primeiro lugar, se encontravam as fontes não especificadas, sendo que, nessas notícias, sete mencionavam a Aracruz, duas a Stora Enso, quatro a VCP e duas mencionavam a Botnia. Na sequência dos primeiros lugares deste rol, as fontes mais ouvidas foram: o Governo Estadual; as empresas de celulose e os aliados das empresas de celulose dentro/fora Consema. Já nas notícias em contexto de crítica à forma de implantação da Silvicultura e em defesa do ZAS, encontrou-se 38 fontes. Em primeiro lugar, as ONG's socioambientais dentro/fora do Consema; em segundo, os Técnicos do Governo Estadual (Fepam, FZB); e, em terceiro, o Governo Federal (MMA, Ibama, Incra).



Na circulação latente do Bioma Pampa pelo jornalismo do Zero Hora, incluiu-se 145 fontes em um contexto da notícia pró-Silvicultura. Os primeiros lugares foram ocupados pelas fontes oficiais, mais uma vez: Governo Estadual, empresas de celulose e os aliados das empresas de celulose dentro/fora Consema. E, 38 fontes apareceram em contexto da notícia em defesa do meio ambiente sendo em primeiro lugar, ONG's socioambientais dentro/fora do Consema e, em segundo, técnicos do Governo Estadual (Fepam, FEE, FZB). Em terceiro lugar, apareceram nessas notícias fontes relacionadas à Argentina, contrária à instalação da fábrica de celulose Botnia, às margens do rio Uruguai, no país vizinho de mesmo nome.

Além de o jornalismo de referência sul-rio-grandense ter cedido ao Bioma Pampa uma circulação latente na maior parte das notícias, constatou-se por meio das análises que foram empregadas estratégias de apoio à implantação da Silvicultura. Uma dessas estratégias consistiu na relação estabelecida com a implantação da fábrica de celulose da Botnia no Uruguai. O Correio do Povo, ao noticiar a disputa entre o Uruguai e a Argentina quanto à entrada em operação da indústria concedeu ênfase ao prejuízo financeiro do Uruguai com o fechamento das pontes de acesso à Argentina, decisão do Governo visando impedir a manifestação dos argentinos contrários a Botnia. Deve-se ressaltar, que a explicação sobre a chamada “Guerra da Celulose” só ocorreu na edição de 17 de dezembro de 2007, sob o título “Uruguai lamenta prejuízos de US\$ 700 milhões”. O jornalismo de referência sul-rio-grandense desconsidera a preocupação dos argentinos com a poluição a ser emitida a partir da entrada em operação da indústria da Botnia - emissão de gases tóxicos. A ênfase ficou para o “maior investimento privado da história do Uruguai no total de 1,2 bi de dólares, 9% do PIB uruguaio”, (CP, 17 dez. 2007, s/n.). Chegou-se a publicar que “O governo argentino nunca ordenou a retirada dos piquetes, embora violem o princípio de livre circulação de mercadorias e pessoas do Mercosul”. Mas não mencionaram o direito dos argentinos e, também dos uruguaios, a um ambiente saudável para conviver. É importante destacar mais duas omissões do jornalismo: de que o Uruguai também já havia manifestado contrariedade à Botnia e pelo mesmo motivo, ou seja, a poluição, e que o Brasil manteve-se alheio à disputa entre os dois países, sendo que, caberia a tomada de consciência posto que o rio Uruguai atravessa o Rio Grande do Sul.

O Zero Hora enviou um jornalista em maio de 2007 ao Uruguai, especialmente para produzir duas notícias associando o progresso denotado à expansão da Silvicultura no país. “As papeleiras são as duas empresas de celulose que estão se instalando no Uruguai. Juntas, a finlandesa Botnia e a espanhola Ence devem investir US\$ 1,8 bilhão –



mais de 10% do PIB no país.”, lê-se em “Por um lugar ao sol”, (27 de maio de 2007, p. 20). Em “O oásis zonamerica”, por sua vez, a notícia associa a modernização às fábricas de celulose, Ence e Botnia, ao dizer “[...]. O governo uruguaio não economiza incentivos para trazer multinacionais nessas áreas”, afirma, ao contrário do Brasil, onde a lei restringe a propriedade privada para estrangeiros na Faixa de Fronteira.

A distorção de informações ocorreu na notícia de 04 de janeiro de 2008, p. 38, onde se lê: “Um estudo científico (que) ameaça deixar sem argumentos os ambientalistas argentinos que desde 2005 protestam contra a construção de **uma** (grifo da autora) fábrica de celulose no Uruguai, na fronteira entre os dois países”.

Do ponto de vista biológico e toxicológico, o estado do Rio Uruguai é “razoavelmente bom”, segundo os relatórios publicados pelo jornal, e não existem “efeitos alarmantes”, conforme o subdiretor do Instituto de Geocronologia e Geologia isotrópica, Héctor Ostera, um dos integrantes do grupo de pesquisa. O especialista destacou ainda que, “sob determinadas circunstâncias”, foram detectados alguns componentes que antes não existiam no ar, em torno da planta de celulose. (ZH, 04 jan. 2008. p. 38).

Uma reflexão sobre as palavras destacadas do estudo dá conta de que o estado do rio Uruguai não é tão bom quanto poderia ser nem é normal. A citação da inexistência de “efeitos alarmantes” significa que os efeitos constatados, não seriam divulgados ou que ainda não significavam motivo de preocupação. O jornal Zero Hora divulgou em dez edições o avanço econômico vivenciado pelo Uruguai a partir da Botnia, mas não cedeu espaço para complexificar as informações sobre o estudo científico divulgado. Por último, não se pode deixar de mencionar, que ambos os diários cederam espaços nas suas editoriais de Economia para exaltar o sucesso financeiro das três indústrias da celulose.

5 Resultados e algumas considerações

A análise da ancoragem das notícias em dois sistemas de comunicação (MOSCOVICI, 1978), propagação e difusão, levou aos primeiros resultados. Pois, segundo Ordaz e Vala (1997), a comunicação sob o primeiro sistema visa aproximar o objeto da representação do público, com o reforço da sua visão de mundo, e a comunicação sob o segundo sistema, não distingue os públicos, e conduz a informação com múltiplas referências.

A propagação foi o sistema que predominou na ancoragem da comunicação do jornalismo sul-rio-grandense de referência ou o mesmo que 73% ou 179 notícias (de 246 do corpus) apresentaram um Estado à espera das empresas de celulose para se



desenvolver e dependente delas para atrair outros negócios. Sob outro ângulo, é possível observar que o ZH propagou mais (81% ou 69 notícias de 85 no total) a implantação da Silvicultura do que o CP (68,5% ou 110 notícias de 161 no total).

Este jornalismo também difundiu a implantação da Silvicultura: o Correio do Povo (31,5% ou 51 notícias) mais do que o Zero Hora (19% ou 16 notícias). Pois, as informações divulgadas possuíam o tom conformista e resignador, sem questionamentos aos governos, empresas e aliados da implantação da Silvicultura – fontes oficiais e dominantes.

Ainda sobre os sistemas de comunicação, assaz relevante faz-se apontar o aparecimento de notícias em ambos os jornais com características do gênero propaganda. Pois, a persuasão se evidenciou nas notícias nas quais se deu ênfase, por exemplo, às informações referentes ao sucesso financeiro das empresas e o progresso do setor da celulose no país (“aumento do faturamento da cadeia produtiva de base florestal de R\$ 3,5 bi para R\$ 8 bi anuais”). A Aracruz, dentre as três empresas, foi aquela que mais mereceu destaque pelo jornalismo. As fontes ligadas à empresa predominaram e, também, a ilustração sobre os investimentos a serem feitos entre a fábrica em Guaíba e os plantios arbóreos (apesar da variação dos valores - US\$ 1,5 bi; US\$ 2 bi; US\$ 2,05 bi e US\$ 2,55 bi).

O cotejamento da circulação do Bioma Pampa pelo jornalismo, tanto de forma direta quanto latente, permitiu identificar a caracterização do território sul-rio-grandense: empobrecido, com carência socioeconômica e necessidade de melhorar a infraestrutura, sem alternativa de emprego, com necessidade de diversificação na produção. E, o Zoneamento Ambiental da Silvicultura, criticado pelas fontes oficiais predominantes nas notícias, foi caracterizado a partir da réplica dos argumentos daquelas: restritivo, entrave burocrático e empecilho.

O Correio do Povo fez circular representações sociais de um Bioma Pampa em processo de perda da biodiversidade devido os maus usos dos bens do bioma, como através da Silvicultura, sem gerar questionamentos. Simultaneamente, o Correio do Povo circulou a representação de um bioma dependente de uma alteração a ser feita com “cuidados ambientais” e considerando mais os supostos benefícios econômicos.

O jornal Zero Hora propagou a representação social de um Bioma Pampa dependente da transformação pelas alternativas econômicas externas. Não obstante o Zero Hora tenha reconhecido o bioma enquanto origem do gaúcho representou-o como obstáculo, empecilho ao desenvolvimento econômico e social. Concomitantemente, o



Zero Hora representou e materializou um “novo pampa” com a paisagem modificada pelos eucaliptais.

Atendendo ao objetivo geral da pesquisa, compreendeu-se que a construção das representações sociais do Bioma Pampa, que circularam no período, aconteceu sob o enfoque ecotecnocrático de sustentabilidade. O jornalismo de referência sul-rio-grandense ancorou as representações sociais na propagação e na difusão do desenvolvimento econômico-financeiro do agronegócio globalizado das empresas de celulose ao noticiar a implantação da Silvicultura. O Bioma Pampa foi referido, de forma ora fragmentada (Metade Sul, região Sul, região carbonífera, etc.), ora generalizada (o Estado, o Rio Grande do Sul, etc).

Referente à construção dessas representações sociais sobre o Bioma Pampa, interpretou-se que possuíam dois componentes: o cultural e o econômico-social. O primeiro incluiu o gaúcho, mas de origem distante do gaúcho urbano e, também, tendeu à manutenção do limitado uso do território ou do *status quo* de exclusão social, e ignorou o potencial biodiverso existente. E, ainda, realçou-se o gaúcho folclórico - o peão da estância, aquele celebrado durante a tradicional semana farroupilha. O segundo componente, se evidencia na centralidade que o materialismo ocupa na sociedade, com vistas à aquisição de cada vez mais bens de consumo como se fossem sinônimos de uma vida de qualidade.

No decorrer deste trabalho, denotou-se o desaparecimento em aceleração do Bioma Pampa na América Latina sem que tenha sido tomado conhecimento da biodiversidade e do potencial para a criação de empregos que levem à equidade e a justiça social e ambiental. Ao passo que pesquisadores defendem a integração dos países para a preservação dos ecossistemas e a consequente manutenção das espécies – dentre elas, a humana - por meio da comunicação, um jornalismo que serve de referência, além de situar-se sob o comando de dois poderosos conglomerados brasileiros, propaga e difunde a fragmentação dos territórios, a exclusão das espécies através da implantação de monoculturas e o descarte dos saberes tradicionais e autóctones. A escolha deste jornalismo não é por atender ao interesse público, mas sim, atender ao interesse de determinados públicos, afinados com a sua visão de mundo concentradora de riquezas, de capital. Todavia, a mudança nessa prática depende de uma maior participação cidadã nas decisões políticas e um maior acompanhamento crítico da atuação dos diversos agentes sociais, dentre eles, o jornalismo e os meios de comunicação. Acredita-se que, assim como a existência da vida pressuponha a



diversidade, a prática de um jornalismo ético pressupõe o pluralismo – de fontes nas notícias, de ângulos na abordagem, de profissionais de variadas habilidades, de empresas de comunicação heterogêneas.

Las representaciones sociales del Bioma Pampa

Resumen: Este estudio presenta cuales eran y cómo se construyeron las representaciones sociales sobre el Bioma Pampa que circularon en el periodismo de referencia de Rio Grande do Sul durante la construcción y la aprobación de la Ley Forestal de Ordenamiento Ambiental. A través de un análisis de contenido de las noticias publicadas en los periódicos *Correio do Povo* y *Zero Hora*, entre abril de 2007 y abril de 2008, se constató el predominio del enfoque de sostenibilidad ecotecnocrático. Esta visión del mundo se analizó bajo la mirada del periodismo ambiental y el marco teórico y metodológico de la teoría de la Representación Social. Se constató que el Bioma Pampa apareció en 10% de las noticias, o sea en 25 de las 246 publicadas en el referido período. El enfoque latente del Bioma Pampa predominó en las noticias, ya que fue observado en el 90% del corpus. Se concluyó que el periodismo fundamentó las representaciones sociales en la propagación y difusión de la celulosa agroindustrial económica y financiera mundial. Y, también, que la objetivación se produjo a través de la publicación de forma fragmentada o generalizada del territorio.

Palabras clave: Periodismo. Representaciones. Bioma Pampa. *Correio do Povo*. *Zero Hora*.

REFERÊNCIAS

- BACCHETTA, Víctor. **El fraude de La celulosa**. Montevideo, UY: Doble Editoras, set. 2008. 224p.
- BACCHETTA, Víctor (org). **Ciudadanía Planetaria**. Temas y desafíos del periodismo ambiental. Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert. Uruguay: 2000. 221p.
- BACCHETTA, Victor. Desafíos para uma izquierda en crisis. In: **Semanario VOCES**. Año VII. n. 300. p. 13. Montevideo, Uruguay, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.voces.com.uy/articulos-1/desafiosparaunaizquierdaencrisisfuerzasproductivasmedioambienteyluchadeclasesporvictorlbacchetta>> Acesso em: 19 jul. 2011.
- BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 107-122.
- BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) **Eucaliptais – Qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas, 2008. p. 261-284. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 272.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceitual para uma nova Extensão Rural. In: **WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY**, 10., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000b. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>> Acesso em: 23 out. 2011.

FANTE, Eliege Maria. **As representações sociais sobre o Bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense**. 187 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/documentos/fante_pampa.pdf> Acesso em: 18 jun. 2012.

IBGE. **Mapa de Biomas do Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=16> Acesso em: 06 set. 2010.

INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS. IHU-On Line. **Brasil vive processo de reprimarização da economia afirmam Organizações Sociais do Campo**. 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507010-organizacoes-sociais-do-campo-lancam-manifesto-e-afirmam-que-brasil-vive-um-processo-de-reprimarizacao-da-economia>> Acesso em: 08 jun. 2012.

MARTINO. Conservación de praderas en el cono sur: valoración de las áreas protegidas existentes. **Ecosistemas** 13 (2): 114-123. Mayo 2004. Disponível em: <<http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?id=154>> Acesso em: 08 jun. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Folder Pampa** - Conhecimentos e Descobertas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>> Acesso em: 08 jun. 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/RS. **Termo de Ajustamento de Conduta** - MPE x FEPAM/RS, a respeito dos licenciamentos ambientais da silvicultura. 2006. 05 páginas. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000073590b1adebd6c3ef> Acesso em: out. 2010.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em: 21 jun. 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 350p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404p.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. **As plantações não são florestas**. Out.2003. ISBN: 9974-7782-0-4. 212p.

ORDAZ, Olga; VALA, Jorge. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise Social**, vol. XXXII (143-144), 1997 (4.º-5.º), p. 847-874.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **Evaluación de los recursos forestales mundiales 2010** Informe principal ESTUDIO FAO: MONTES 163. Roma, 2010. ISSN 1020-4628. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1757s/i1757s.pdf>> Acesso em: out. 2011. p.217-218.

PICOLI, Luciana; VILLANOVA, Carla. **O Pampa em disputa**. A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores. Publicação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e Federação Internacional dos Amigos da Terra, Julho de 2007. 64p. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/cartilha_pampa_emdisputa.pdf> Acesso em: 21 nov. 2010.

RODRIGO ALSINA, Miquel. A Construção da Notícia. Tradução de Jacob A. Peirce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 351p.

SEMANARIO VOCES. **Desafíos para una izquierda en crisis**. Año VII. n.300. p. 13. Montevideo, Uruguay, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.voces.com.uy/articulos-1/desafiosparaunaizquierdaencrisisfuerzasproductivasmedioambienteyluchadeclasesporvictorlbacchetta>> Acesso em: 19 jul. 2011.

TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) **Eucaliptais – Qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas, RS: 2008. Disponível em <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em 06 set. 2010.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Veja, 1993. p.167-176.

WRM. Desmascarando alguns engodos sobre os monocultivos de árvores. **Caderno 28 da WRM**, jul. 2009. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/Desmascarando_engodos.pdf> Acesso em: 15 ago. 2010.

^a Mestra em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. Graduada em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo (2001). Integra o Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Ambiente (CNPq/UFRGS) sobre pesquisa acadêmica e produção jornalística na área. Integra também o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul desde 2007, no qual atua como secretária nesta gestão e, também, como voluntária na produção de notícias para o portal de internet, EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais. Trabalhou como assessora de imprensa da ONG ambientalista Amigos da Terra/Brasil em Porto Alegre. Áreas de interesse: Jornalismo e Ambiente. Publicações recentes: FANTE, E. M. As fontes jornalísticas e o Bioma Pampa. In: 9º Encontro da SBPJor, 2011, Rio de Janeiro - RJ. Jornalismo e Mídias Digitais, 2011. FANTE, E. M.; MORAES, Cláudia Herte de. Entender a interdependência e a complexificação dos sistemas: uma saída para o jornalismo. Razón y Palabra, v. 78, p. 78, 2011. E-mail: eliege_f@yahoo.com.br

¹ O formato impresso ainda é um referencial aos outros veículos de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet. E, também, os jornais impressos da capital são um referencial à produção de jornais e/ou notícias aos veículos do interior do Estado.

² Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. As plantações não são florestas. Out.2003. ISBN: 9974-7782-0-4. 212p.

³ BRACK, Paulo. Os grandes projetos de silvicultura e o choque de indigestão na área ambiental do estado do RS. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.) Eucaliptais – Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, 2008. p. 261-284. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/eucaliptais.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010. p. 272.

⁴ Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/Desmascarando_engodos.pdf> Acesso em: 15 ago. 2010.

⁵ Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Evaluación de los recursos forestales mundiales. 2010. Informe principal. ESTUDIO FAO: MONTES 163. Roma, 2010. ISSN 1020-4628. p.215. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1757s/i1757s.pdf>> Acesso em: out. 2011.

⁶ Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Evaluación de los recursos forestales mundiales 2010 Informe principal ESTUDIO FAO: MONTES 163. Roma, 2010. ISSN 1020-4628. p.217-218. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1757s/i1757s.pdf>> Acesso em: out. 2011.

⁷ Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/inicio.html>> Acesso em: out. 2011.

⁸ BACCHETTA, Victor. Desafíos para una izquierda en crisis. In: Semanario VOCES. Año VII. n.300. p. 13. Montevideo, Uruguay, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.voces.com.uy/articulos-1/desafiosparaunaizquierdaencrisisfuerzasproductivasmedioambienteyluchadeclasesporvictorlbacchetta>> Acesso em: 19 jul. 2011.

⁹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=169> Acesso em: 06 set. 2010.

¹⁰ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=169>



Acesso em: 06 set. 2010.

¹¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=169>

Acesso em: 06 set. 2010.

¹² Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=169>

Acesso em: 06 set. 2010.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ MARTINO. Conservación de praderas en el cono sur: valoración de las áreas protegidas existentes. Ecosistemas 13 (2): 114-123. Mayo 2004. Disponível em: <<http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?id=154>> Acesso em: 08 jun. 2012. p. 116.

¹⁶ INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS. IHU-On Line. Brasil vive processo de reprimarização da economia afirmam Organizações Sociais do Campo. 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507010-organizacoes-sociais-do-campo-lancam-manifesto-e-afirmam-que-brasil-vive-um-processo-de-reprimarizacao-da-economia>> Acesso em: 08 jun. 2012.

¹⁷ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Folder Pampa - Conhecimentos e Descobertas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>> Acesso em: 08 jun. 2012.

¹⁸ MARTINO. Conservación de praderas en el cono sur: valoración de las áreas protegidas existentes. Ecosistemas 13 (2): 114-123. Mayo 2004. Disponível em: <<http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?id=154>> Acesso em: 08 jun. 2012. p. 122.

¹⁹ Idem.

²⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/RS. "Termo de Ajustamento de Conduta - MPE x FEPAM/RS, a respeito dos licenciamentos ambientais da silvicultura". 2006. 05 páginas. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000073590b1adebd6c3ef>> Acesso em: out. 2010.

²¹ Atividades fomentadas no período pelo Governo gaúcho: apicultura, cana-de-açúcar, pescado, suinocultura, avicultura, floricultura, horticultura, erva-mate, milho, citricultura; organização, a produção de alimentos e o resgate das culturas indígena e negra; a aquicultura; a pesca; o turismo rural e o artesanato.